COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 5.328, DE 2016

Altera a Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996.

Autor: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Relatora: Deputada SHÉRIDAN

I - RELATÓRIO

A iniciativa acima ementada altera a lei que disciplina o planejamento familiar para obrigar a implantação de centros exclusivos para atenção à saúde da mulher na proporção de um para cinquenta mil habitantes.

O autor justifica a relevância da proposta pela falta de acesso a ações de saúde, em especial quanto à esfera sexual e reprodutiva das mulheres. Ao propor a expansão dessa rede exclusiva, espera contribuir ainda para a disseminação de orientações sobre hábitos saudáveis, que resultarão em melhor cuidado com a saúde de todos os membros da família.

Não foram apresentadas emendas em nossa Comissão. A proposta, de apreciação conclusiva, seguirá para análise das Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DA RELATORA

É inegável que ainda existem dificuldades de acesso das mulheres ao planejamento familiar, tanto na contracepção quanto à reprodução assistida. Orientações essenciais como técnicas de amamentação, intervalos entre as gestações, acesso a recurso de diversas naturezas e até mesmo suporte psicológico poderiam se tornar mais acessíveis para a mulher e seus familiares.

Evidentemente, a universalidade e a integralidade das ações de saúde são objetivos da Nação brasileira. Ações de saúde devem estar disponíveis para todo brasileiro, de qualquer faixa etária. Acreditamos que a proposta, por se preocupar com a melhora das condições de saúde das mulheres, e, por consequência, beneficiar também os filhos e demais conviventes, merece ser aprovada.

Temos consciência de que as dificuldades de o Sistema Único de Saúde cumprir plenamente o que determina a Constituição Federal são reflexo de um conjunto extremamente complexo de fatores. Assim, a próxima Comissão avaliará a maneira mais adequada de viabilizar o atendimento ideal a que cada mulher do país tem direito.

No que diz respeito à nossa Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei 5.328, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada SHÉRIDAN
Relatora